



...continuação

são de carência parcial no pagamento das parcelas de remuneração das debêntures e dos CRI para os anos de 2024 e 2025, o que implica a preservação das incorporações de juros durante esse período. Houve alteração no início do pagamento do principal, com a reestruturação da modalidade de amortização programada dos CRI, que se dará integralmente na data de vencimento final dos CRI. Foram alterados também o fluxo de pagamento de juros. Foi aprovada a concessão de carência parcial no pagamento das parcelas de remuneração das debêntures e dos CRI, estabelecendo que, para as parcelas vincendas entre janeiro de 2024 e dezembro de 2024, será pago apenas 60% dos valores devidos nas datas de pagamento. Para as parcelas vincendas entre janeiro de 2025 e dezembro de 2025, será pago 75% dos valores devidos, com os valores compreendidos pelas carências sendo incorporados ao saldo devedor das debêntures e dos CRI nas respectivas datas de pagamento. Posteriormente, em ata de Assembleia Geral dos Debenturistas, datada de 1º de março de 2024, foi postergada a data de vencimento final das debêntures, que passarã a ser, respectivamente, em 18 de outubro de 2040 e 20 de outubro de 2040. Não houve alterações na taxa de juros e outras cláusulas contratuais das Debêntures. **c) Valor justo:** A Companhia julga que o valor apresentado nesta demonstração se aproxima ao seu valor justo, sendo assim não realizou quaisquer ajustes. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados em O3 grupos e tem como data de vencimento:

Tipo	Encargos financeiros	Juros anuais	Vencimento
Mezanino	IPCA/IGPM	16% a.a	17/06/2040
Subordinado	IPCA/IGPM	10% a.a	17/06/2040
Sênior	IPCA/IGPM	08% a.a	17/06/2040

**Movimentação do saldo:**

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>553.219</b>	<b>502.120</b>
Encargos financeiros	55.305	51.099
<b>Total</b>	<b>608.524</b>	<b>553.219</b>
Circulante	-	65.394
<b>Não Circulante</b>	<b>608.524</b>	<b>487.825</b>

**15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social está representado por 191.626.016 de ações com o valor unitário de R\$ 0,8176 por ação. Totalmente integralizadas, conforme demonstrado a seguir:

	2024		2023	
	Participações	%	Participações	%
Talismã Fundo de Investimento em Participações	172.463.414	90	172.463.414	90
MAIS INVEST Empreendimentos e Incorporações S/A	19.162.602	10	19.162.602	10
<b>Total</b>	<b>191.626.016</b>	<b>100</b>	<b>191.626.016</b>	<b>100</b>

**15.2. Reserva de lucros: a) Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. **15.3. Dividendos propostos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não efetuou distribuição de lucros.

	2024	2023
<b>16. Receita de aluguel</b>		
Receita contratos CDU	87.023	82.459
Receita bruta de aluguel	124.952	140.740
(-) impostos sobre a receita	(14.634)	(28.773)
<b>Total</b>	<b>197.341</b>	<b>194.426</b>

Conforme Nota Explicativa 1. "g", Contexto Operacional, a administração está conduzindo uma análise detalhada das condições atuais de desconto concedidas em contratos de locação, com vistas a equilibrar a atratividade comercial e a maximização de receitas, assim sendo, a administração concedeu descontos incondicionais, no período, buscando maximizar a atratividade econômica dos contratos. Os impostos sobre a receita consistem em tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia. São eles: Programa de Integração Social (PIS) cuja alíquota é de 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) cuja alíquota é de 7,60% e Imposto Sobre Serviços (ISS) cuja alíquota é de 5%.

	2024	2023
<b>17. Custos da receita de aluguel</b>		
Custo com manutenção e conservação	(2.848)	(8.649)
Custo com segurança e vigilância	(6.530)	(8.501)
Custo com amortização do centro popular de compras	(39.436)	(37.085)

## Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. - CNPJ nº 23.419.923/0001-88

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

...continuação	2024	2023
Custos com água e esgoto	(2.311)	(1.048)
Custo com limpeza	(513)	(3.980)
Outros custos	(487)	(1.469)
<b>Total</b>	<b>(52.125)</b>	<b>(60.732)</b>

Durante o exercício de 2024, implementamos uma série de melhorias para redução de custos com manutenção e conservação. Diminuímos os gastos com o aluguel de equipamentos devido à otimização dos recursos existentes. Além disso, implementamos medidas de eficiência energética, a adoção de práticas sustentáveis, resultando em menor consumo de energia elétrica e consequente redução de custos. A reestruturação dos processos administrativos e a integração de sistemas tecnológicos permitiram ainda uma redução nos gastos com serviços administrativos, melhorando a eficiência operacional.

**18. Despesas gerais e administrativas e de vendas**

	2024	2023
<b>Gerais e administrativas</b>		
Serviços de terceiros	(7.270)	(5.197)
Assessoria jurídica	(5.839)	(1.308)
Contabilidade	(509)	(431)
Propaganda e publicidade	(439)	(260)
Assessoria de TI	(343)	(1.335)
Pessoal	(3.778)	(6.051)
Depreciação e amortização	(2.094)	(2.297)
Contas a pagar da concessões	(18.667)	(18.058)
Energia elétrica	(3.336)	(2.967)
Provisão para contingências	(16.537)	(4.510)
Seguros	(3.109)	(1.148)
Outras	(1.876)	(369)
<b>Total</b>	<b>(63.797)</b>	<b>(43.931)</b>

**Vendas**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.444)	(31.956)
<b>Total</b>	<b>(13.444)</b>	<b>(31.956)</b>

**19. Resultado financeiro**

<b>Receitas financeiras:</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Rendimento de aplicações financeiras	22	-
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>-</b>

**Despesas financeiras:**

Juros sobre debêntures	(80.723)	(51.455)
Descontos concedidos	(37.237)	(27.614)
Juros outorga	(18.667)	-
Empréstimos e financiamentos	(5.437)	(4.932)
Outras	(2.889)	(179)
<b>Total</b>	<b>(144.963)</b>	<b>(84.180)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(144.963)</b>	<b>(84.180)</b>

**20. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia, nos anos de 2024 e 2023 apresentou prejuízo. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não foram registrados. A Companhia possui tributos diferidos ativos para fins de compensação tributária a partir de lucro futuros no montante de R\$ 12.816 (R\$ 9,552 em 31 de dezembro de 2023).

**21. Instrumentos financeiros: 21.1. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Classificação	Hierarquia	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Nível 1	211	211	77	77
Aplicação financeira	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Nível 2	2.974	2.974	3.900	3.900
Contas a receber	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Nível 2	133.111	133.111	33.780	33.780

**21.2. Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da

Companhia contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual. **Hierarquia do valor justo:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: • Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia enquadram-se no Nível 2. **21.3. Considerações gerais:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A Companhia administra seu capital para garantir que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **Gestão de riscos financeiros:** A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de seus contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. **21.4. Derivativos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos. **21.5. Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprimento de suas obrigações contratuais. A Companhia não detectou risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros, exceto para as contas a receber (Nota Explicativa nº 5). **21.6. Risco de liquidez:** É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. A Companhia não detectou risco de liquidez relevante em seus instrumentos financeiros. **21.7. Risco de mercado:** É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente a CDI para os valores apresentados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Notas Explicativas nº 3 e 4). **21.8. Análise de sensibilidade:** A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário-base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descrito a seguir:

• Cenário-base: tem como base os níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro e o mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como as perspectivas do cenário macroeconômico; • Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base; • Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base. **Análise da administração:** A Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que remunera suas aplicações financeiras. Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos da análise de sensibilidade:

Base	Cenário				Cenário		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	
	Diminuição do CDI			Aumento do CDI			
11,65%	10,49%	8,74%	5,24%	12,82%	14,56%	17,48%	

Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
<b>Instrumento</b>						
Aplicações financeiras	2.974	(312)	(260)	(156)	381	433
Empréstimos e financiamentos	(38.516)	4.038	3.365	2.019	(4.936)	(5.609)
Debêntures a pagar	(608.514)	63.804	53.170	31.902	(77.982)	(88.616)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(644.056)</b>	<b>67.530</b>	<b>56.275</b>	<b>33.765</b>	<b>(82.537)</b>	<b>(93.792)</b>
						<b>(112.551)</b>

**Práticas ambientais:** A Companhia está plenamente ciente de que suas instalações e atividades estão sujeitas a rigorosas regulamentações ambientais. Para mitigar os riscos associados a questões ambientais, a Companhia adota uma abordagem proativa, implementando procedimentos operacionais rigorosos e investindo em equipamentos de controle de poluição de última geração e sistemas avançados de monitoramento ambiental. Além disso, a Companhia segue práticas de gestão ambiental alinhadas com os padrões internacionais, buscando continuamente reduzir seu impacto ambiental e melhorar sua eficiência energética. A Administração está comprometida com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, promovendo a reciclagem, a reutilização de recursos e a redução de resíduos. A Companhia também realiza auditorias ambientais periódicas para garantir a conformidade com as leis e regulamentos ambientais, bem como para identificar oportunidades de melhoria contínua. Com base na avaliação atual das leis e regulamentos em vigor, a Companhia permanece vigilante e pronta para ajustar suas políticas e práticas conforme necessário, para assegurar o cumprimento de novas regulamentações e a minimização de qualquer impacto ambiental adverso. Este compromisso contínuo reflete a dedicação da Companhia em operar de maneira responsável e sustentável, integrando princípios de governança ambiental, social e corporativa (ESG) em todas as suas operações.

**22. Cobertura de seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros contratados que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.

**Cobertura contratada**

Ativos materiais	1.059.636
Riscos diversos	181.298
<b>Total</b>	<b>1.240.934</b>

**23. Transações sem efeito caixa:** Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Transações da atividade operacional</b>		
Adição de provisão para riscos	-	55.909
Cliente a receber CDU	108.570	-
CDU a faturar	(108.570)	-
Reclassificação fornecedores	-	(55.909)

**24. Eventos subsequentes:** Em 04 de abril de 2025, a Companhia, na qualidade de concessionária do Contrato de Concessão nº 013/2015-SDTE firmado com o Município de São Paulo, protocolo formalmente junto ao Poder Concedente o Pleito de Solução Consensual de Controvérsias e de Repactuação Contratual, visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. O pleito fundamenta-se em uma série de eventos extraordinários e estruturais que afetaram negativamente a execução contratual e a viabilidade do empreendimento. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o pleito encontra-se em fase de análise pelo Poder Concedente, e a administração permanece confiante em sua aprovação, por entender que o reequilíbrio é essencial para a continuidade e sustentabilidade do contrato.

André Teixeira Seibel - Diretor Estatutário

Contador Responsável: Vinicius de Abreu Evangelinos - Contador - CRC 1SP264.696/O-3

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da **Circuito de Compras São Paulo SPE S.A.** - São Paulo - SP **Opinião com ressalvas:** Examinamos as demonstrações financeiras da Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas: i) Investigações em andamento:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 (d) às demonstrações financeiras, a Companhia é alvo de investigações policiais (inquérito policial nº 1519655-59.2022.8.26.0050 e ação penal nº 1529001-68.2021.8.26.0050) relacionadas à suspeitas de transações em desacordo com os critérios e normas para obtenção de concessão pública. As autoridades alegam possíveis envolvimento de antigos membros da administração da Companhia, à época, líderes de associações de comerciantes e seus acionistas finais. Em virtude do estágio atual dessas investigações em curso, não nos foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, eventuais impactos que possam afetar a posição patrimonial e financeira (se houverem), o resultado das operações ou quaisquer outros elementos das demonstrações financeiras da Companhia oriundos dessas investigações. **ii) Ativo intangível:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 (b), 7, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado saldo de ativo intangível no montante de R\$ 848.646 mil, substancialmente relacionado aos custos de construção do shopping, vinculados ao contrato de concessão e à obtenção das licenças necessárias para seu funcionamento. A Companhia contratou uma empresa independente para realizar análise documental e verificação dos contratos de construção e da obra civil (dentre outras documentações), com o objetivo de avaliar se o custo histórico registrado estaria superior ao valor recuperável do ativo. (cuja avaliação, em virtude de determinadas limitações, não foi concluída até

a data de emissão de nosso relatório). Dessa forma, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, bem como determinar, através de procedimentos alternativos de auditoria, os eventuais impactos (se algum) que possam afetar a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações ou quaisquer outros elementos das demonstrações financeiras da Companhia em virtude da citada limitação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que menciona que as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia tem adotado estratégias para o fortalecimento da regularidade do recebimento de seus aluguéis, redução na base de inadimplência e no índice de vacância, e reequilíbrio econômico e financeiro em pleito junto ao Poder Concedente para a repactuação do pagamento da outorga referente ao contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia incorreu em prejuízo no montante de R\$ 80.456 mil e, naquela data, possuía passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 200.692 mil e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 207.622 mil que, juntamente com outros eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, da posição patrimonial e a necessária geração de caixa estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício contrativo:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de

2023 foram examinadas por nós, cujo relatório, datado de 10 de dezembro de 2024, foi emitido com as seguintes ressalvas: **(i)** Investigações em andamento e **(ii)** Ativo intangível discutidos na seção "Base para opinião com ressalvas" do presente relatório e **(iii)** Registro de ajustes de exercícios anteriores em 2023, sem impactos nas demonstrações financeiras ora apresentadas (uma vez que não impactam os valores correspondentes para fins comparativos).

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respos-

ta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de junho de 2025



**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-025.583/O-1

**André Messias Leite Barbosa**  
Contador CRC 1SP-291.589/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 16/01/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link  
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/01/16/SPE1587168116012026.pdf>  
Hash: 176850552047570db8692445598523880722e44cd6